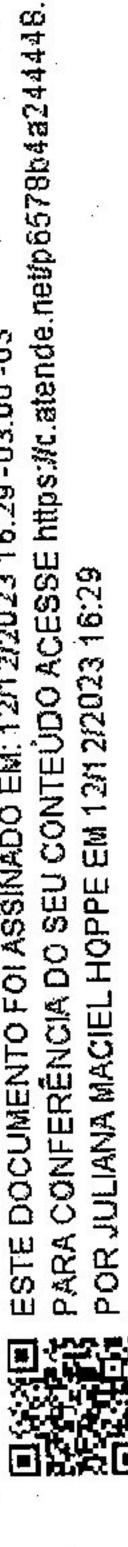
PROJETO DE LEI N. 146/2023

"INSTITUI E REGULAMENTA A JORNADA DE TRABALHO NO REGIME DE 12X36 HORAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

A PREFEITA MUNICIPAL DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 38, inciso III, da Lei Orgânica do Município, submete à apreciação do Poder Legislativo Municipal, o presente PROJETO DE LEI ORDINÁRIA:

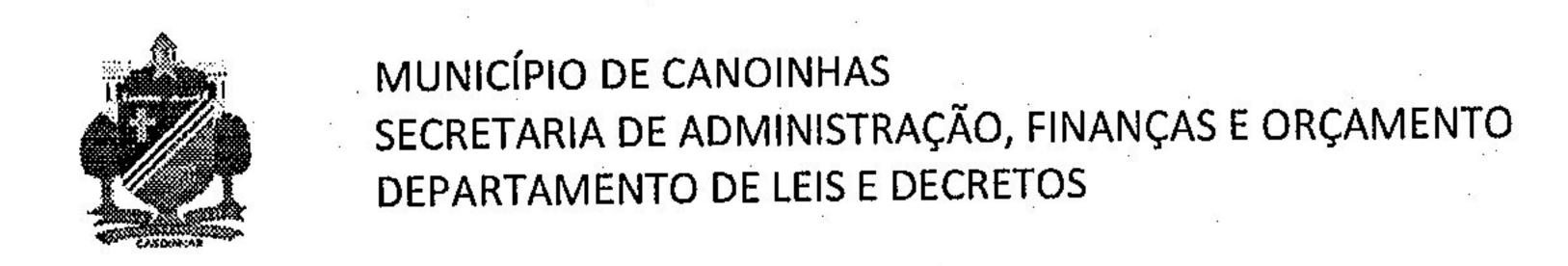
LEI

- Art. 1°. Esta lei institui e regulamenta a jornada de trabalho no regime 12x36 horas exclusivamente para os servidores da Secretaria Municipal de Saúde, vinculados e atuantes dentro do âmbito do SAMU 192 Unidade de Suporte Básico (USB), Unidade de Pronto Atendimento UPA-24h e serviço de Transporte Sanitário Eletivo (TSE) e Transferências Inter-hospitalares.
- Art. 2°. Na jornada de trabalho 12x36 o servidor exercerá suas funções por 12 (doze) horas seguidas e obterá folga de 36 (trinta e seis) horas consecutivas e imediatamente posteriores às horas exercidas.
- Art. 3°. A jornada disposta nesta Lei, tendo em vista a excepcionalidade do regime regulamentado, seguirá o regime de compensação devendo ser realizada:
- a) 14 (quatorze) plantões mensais, para os servidores com carga horária de 40 horas semanais;
- b) 10 (dez) plantões mensais, para os servidores com carga horária de 30 horas semanais;
- c) 8 (oito) plantões mensais, para os servidores com carga horária de 24 horas semanais.



- **Art. 4º.** O ingresso dos servidores na jornada de trabalho a que se refere esta Lei dar-se-á mediante autorização prévia do Secretário Municipal de Saúde e conforme escala de trabalho previamente ajustada entre servidores e Coordenação do Serviço.
- Art. 5°. O Município de Canoinhas pagará aos servidores que laborarem nos serviços de urgência e emergência, SAMU 192 Unidade de Suporte Básico (USB) e Unidade de Pronto Atendimento UPA-24h, tendo em vista impossibilidade de se ausentarem dos seus postos de trabalho para realização do intervalo intrajornada, os seguintes valores a título de auxílio-alimentação:
- a) Aos servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais: R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) mensais;
- b) Aos servidores com carga horária de 30 (trinta) horas semanais: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais e;
- c) Aos servidores com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas semanais: R\$ 120,00 (cento e vinte reais) mensais.
- § 1°. Os valores pagos a título de auxílio-alimentação não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.
- § 2°. O valor constante no *caput* deste artigo será atualizado anualmente, sempre no mês de janeiro de cada ano, por meio de decreto do Poder Executivo, tomando por base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- § 3°. Os servidores lotados nos serviços serviço de Transporte Sanitário Eletivo (TSE) e Transferências Inter-hospitalares, usufruirão de intervalo intrajornada para descanso e refeições de uma hora, quando não estiverem em transferências, ocasião em que receberão os valores atinentes às diárias de deslocamento.
- **Art. 6°.** A alteração de local de trabalho ou a redução da carga horária para jornada inferior às 12 (doze) horas em turno único implica no fim imediato do fornecimento de auxílio alimentação ao servidor.





- Art. 7°. Serão computadas horas extras ao servidor submetido a esta Lei, no valor estabelecido pela Lei Complementar n. 070/2019, somente:
- I Quando este exceder a jornada de trabalho a que estiver submetido mediante escala;
- II Quando por motivo excepcional de interesse público e de urgência justificada for escalado para o trabalho em dia de folga estipulado em escala;
- Art. 8°. A jornada de trabalho de 12x36 horas isenta o Município do pagamento de horas extras aos sábados, domingos e feriados, uma vez que o sistema de trabalho é de compensação e tem um intervalo de 36 (trinta e seis) horas de descanso para cada 12 (doze) horas trabalhadas, permitindo ao servidor usufruir da folga em outro dia da semana (inciso XV do art. 7° da Constituição Federal).
- **Art. 9°.** O período de trabalho noturno será remunerado com o respectivo adicional, conforme Lei Complementar n. 070/2019.
- **Art. 10.** O servidor está obrigado ao registro biométrico no relógio-ponto da jornada de trabalho.
- Art. 11. Na jornada do servidor submetido à jornada de trabalho 12x36 está incluído o tempo de intervalo destinado a descanso e/ou alimentação, de 60 (sessenta) minutos diários, que será computado como jornada de trabalho e deverá ser usufruído sempre na unidade, devendo sua duração e horário ser conciliados com a necessidade e urgência de serviço na unidade, não sendo necessário o registro deste no controle de jornada.
- **Art. 12.** A escala de trabalho dos servidores submetidos à jornada de trabalho de que trata a presente Lei será confeccionada de modo que estes possam gozar de no mínimo um domingo de folga por mês.
- Art. 13. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.



Art. 14. Aplicam-se subsidiariamente a esta Lei as disposições da Lei Complementar n. 070/2019, com as suas alterações posteriores.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Canoinhas/SC, datado e assinado digitalmente.

JULIANA MACIEL HOPPE

Prefeita

PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p6578b4a24/



JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Nobres Vereadores;

O presente Projeto de Lei visa instituir e regulamentar a jornada de trabalho no regime 12x36 horas exclusivamente para os servidores da Secretaria Municipal de Saúde vinculados e atuantes dentro do âmbito do SAMU 192 - Unidade de Suporte Básico (USB), Unidade de Pronto Atendimento - UPA-24h e serviço de Transporte Sanitário Eletivo (TSE) e Transferências Inter-hospitalates, tendo em vista o atendimento em horário integral destes serviços.

Atualmente, não existe regulamentação no âmbito do Município quanto à jornada de trabalho no regime 12x36 horas, sendo essencial que esta situação seja expressa em lei, como forma de garantir a legalidade e deixar operacionalizada a forma de tratar o vinculo de trabalho do servidor regido por este regime.

Como se sabe, a administração pública é um ente dinâmico e as relações trabalhistas deste seguem a mesma característica, por isso as legislações devem ser atualizadas constantemente de forma a direcionar as práticas e atender as novas necessidades.

Já o pagamento de auxílio-alimentação faz-se necessário tendo em vista a impossibilidade de os servidores se ausentarem dos seus postos de trabalho para realização do intervalo intrajornada. O valor mensal foi calculado com base na quantidade de plantões a serem realizados, de acordo com a carga horária de cada servidor, estimando-se um gasto de R\$ 15,00 (quinze reais) por refeição.

Ressalta-se que, de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, 13ª Edição (2023), do Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional, na página 514, é apresentada a seguinte redação: "Não se considera despesa bruta com pessoal os pagamentos de natureza indenizatória, que têm como característica compensar dano ou ressarcir gasto do servidor público, em função do seu ofício, e os benefícios assistenciais". E, logo após, apresenta uma lista exemplificativa de gastos que não entram no cômputo da despesa com pessoal, dentre elas o auxílio alimentação (página 515).

Assim, diante do exposto e focado no interesse público, estamos encaminhando o incluso Projeto de Lei para apreciação e votação dessa Egrégia Casa de Leis, conforme disposto na Lei Orgânica do Município.





Certos de podermos contar com a atenção de Vossas Excelências, visando atender aos anseios da população canoinhense, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos que se apresentarem necessários.

Canoinhas/SC, datado e assinado digitalmente.

Assinado digitalmente por: JULIANA MACIEL HOPPE Prefeita Municipal

JULIANA MACIEL HOPPE

Prefeita